

Conselho Político rejeita candidaturas avulsas

Chiarelli diz que a medida pode favorecer influência do poder econômico na Constituinte

Comissão deve cuidar das leis ordinárias

Ficou decidido, na reunião de ontem do Conselho Político do Governo, que 15 por cento da Câmara e 15 por cento do Senado (cerca de 60 deputados e 10 Senadores) comporão uma comissão legislativa, uma espécie de Congresso para elaborar as leis ordinárias, concomitantemente com a futura Assembleia Nacional Constituinte.

Essa Câmara Legislativa ordinária funcionará no plenário do Senado, cabendo à Constituinte exercer suas funções, em regime de tempo integral, no plenário da Câmara, que costuma ser utilizado para as reuniões plenárias do Congresso Nacional, nas grandes votações. Ulysses manifestou preocupação com uma melhor coordenação das estruturas existentes, de forma a não criar maior espaço.

OUTRAS QUESTÕES

A questão do quorum de deliberação na nova Assembleia Nacional Constituinte foi objeto de exame por parte do presidente Ulysses Guimarães e das lideranças da Aliança Democrática, mas não se chegou a nenhuma conclusão a esse respeito.

Pimenta da Veiga admitiu que o quorum mais conveniente de deliberação talvez fosse o de maioria absoluta, sabendo-se que Ulysses tem simpatia pelo de maioria simples, embora não esteja disposto a defendê-lo abertamente

sem antes promover uma consulta para apurar as opiniões entre seus aliados.

Pimenta afirmou que haverá votações permanentes e que, se não houver quorum na Constituinte, "seria o fim". Expressou, contudo, a opinião de que a Constituinte trabalhará em regime de tempo integral com uma grande presença de seus integrantes, tendo em vista que ela motiva os diferentes interesses da sociedade.

Ulysses afirmou que a emenda constitucional proposta pelo Presidente da República ao Congresso deve ser a mais enxuta possível, não entrando em detalhes que podem ser estabelecidos pela Constituinte. "Se entrarmos em detalhes sobre o regimento interno da Constituinte ela poderá, soberanamente, mudar tudo", afirmou Pimenta.

Quanto à dívida externa, Ulysses disse, na reunião com as lideranças da Aliança Democrática, que já se firmou a posição do Governo de não alterar uma só vírgula na política gradualista de combate à inflação e ao déficit público para que o País cresça ao nível anual de 5 por cento e a recessão não imponha ainda maiores sacrifícios. Segundo Ulysses, o Presidente não está disposto a fazer concessões ao sistema financeiro intrinsecamente, particularmente o FMI, quanto a isso.

GILBERTO ALVES



Ulysses presidiu a reunião do Conselho Político, formado pelos líderes da Aliança Democrática

ANC 88
Pasta 08/85
050/1985

Acesso à TV será difícil

O Governo e a Aliança Democrática decidiram ontem pedir urgência urgentíssima para o projeto do senador Murilo Badaró, líder do PDS no Senado, que inviabiliza na prática o acesso do PDT e dos pequenos partidos à televisão.

Já os líderes do PMDB na Câmara e no Senado recomendaram a suas bancadas que não subscrevessem a emenda do PDT, que convoca eleição direta para presidente da República a 15 de novembro de 1986, reduzindo em quatro anos o mandato do presidente José Sarney, que, segundo a Constituição, é de seis.

As medidas do Conselho Político, adotadas ontem pela manhã na reunião dos líderes da Aliança Democrática com o presidente em exercício Ulysses Guimarães, foram consideradas no PDT como "um desrespeito à ausência do presidente José Sarney".

Para o secretário-geral do PDT, Mateus Schmidt (RS), as decisões ontem adotadas pelo conselho são todas dirigidas contra o governador do Rio e líder máximo do partido, Leonel Brizola, e revelam "o grau de pouca vergonha do Governo da Nova República".

Mateus vai invocar hoje, na sessão, a inconstitucionalidade da urgência para o projeto Badaró, uma vez que ele reformula recente lei aprovada pela Câmara e sancionada pelo presidente José Sarney, no final de junho, estabelecendo novas normas para a propaganda eleitoral por rádio e na televisão.

Ele citou o artigo 200 do regimento interno da Câmara, que estabelece: "Consideram-se prejudicados: I - a discussão ou a votação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado, ou rejeitado, na mesma sessão legislativa, ou transformado em diploma legal local".

Segundo Mateus Schmidt, a Mesa da Câmara está impedida por este dispositivo de aceitar mesmo o encaminhamento da urgência do projeto Bada-

ro, mas o líder do PDT, Nadir Rossetti, acha que "o PMDB está desesperado com o Brizola e é que capaz de fazer qualquer insanidade".

Rossetti disse, contudo, que, mesmo se o PMDB tiver o apoio da Frente Liberal e do PDS para encaminhar o projeto Badaró, este não terá condições de ser aprovado por falta de quorum: "Eles vão tentar passar pelo voto de lideranças, mas todos nós, dos partidos pequenos, vamos solicitar verificação do quorum".

Com isso, as lideranças dos grandes partidos teriam de mobilizar todos os seus parlamentares para vir a Brasília votar o projeto. O que será difícil, segundo Rossetti, porque, "como o projeto Badaró atenta contra uma medida já aprovada pela Câmara", poucos deputados vão deixar a campanha eleitoral para se deslocar a Brasília com o fim de "votar um projeto imoral".

O QUE É O PROJETO

O projeto Badaró é uma versão atualizada do chamado projeto da Abert, que foi rejeitado, quando apresentado à Câmara pelo deputado Pimenta da Veiga, líder do PMDB na Câmara, durante a tramitação do projeto que regulamentou as eleições nas capitais.

Estabelece o projeto que o acesso dos partidos à televisão, em vez de ser baseado no critério de proporcionalidade dos partidos representados nas Câmaras dos Vereadores, será baseado na representação da Câmara dos Deputados, onde os pequenos partidos têm representação mínima.

O projeto então baniria da TV e do rádio o PDT, o PT, o PTB, PSB e todos os partidos com número de representantes inferior a 30, prejudicando assim candidatos como Roberto Saturnino, do PDT, no Rio; Jânio Quadros, do PTB, em São Paulo; Eduardo Suplicy, do PT, em São Paulo; Jarbas Vasconcelos, do PSB, no Recife, e Jorge Carone, do PDT, em Belo Horizonte.

O Conselho Político do Governo não aprova a proposta do deputado João Gilberto (PMDB-RS), admitindo as candidaturas avulsas a deputados constituintes, que já recebeu o apoio do governador Franco Montoro e da Ordem dos Advogados do Brasil. Ontem de manhã, o presidente em exercício, Ulysses Guimarães, presidiu a reunião do Conselho, onde o assunto foi discutido, como também a propaganda eleitoral gratuita para as eleições de 15 de novembro deste ano.

O líder do Partido da Frente Liberal, senador Carlos Chiarelli, apresentou vários argumentos para considerar a ideia inconveniente. Ele afirma que a candidatura única daria espaço para manipulações de candidaturas, em que o poder econômico teria um grande peso. "Porque quer estar acima dos partidos?", indaga o senador, dizendo que é preciso não deixar vigorar o corporativismo e o individualismo.

De acordo com a proposta do deputado João Gilberto, que deverá apresentar emenda nesse sentido, qualquer pessoa poderá se candidatar à Constituinte, bastando que consiga um total de mil assinaturas, indicando-a. "Por que então não formar um partido onde são necessárias apenas pouco mais de 100 assinaturas?", questiona o senador. Um outro argumento é de que se formaria um colegiado híbrido, com deputados eleitos individualmente e por uma legenda.

Da reunião do Conselho Político, participaram os líderes do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, e no Senado, Gastão Müller, e o líder do Governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso. Do PFL, o senador Carlos Chiarelli e



o deputado José Lourenço. A reunião contou também com a presença do ministro do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, mas o ministro da Justiça, Fernando Lyra, desta vez não participou.

O Conselho Político decidiu também acelerar a tramitação da emenda constitucional de autoria do Governo, convocando a Assembleia Nacional Constituinte. A estratégia é aprovar a emenda o mais rápido possível, sem muitas emendas.

PROPAGANDA ELEITORAL

A lei que aprovou a propaganda gratuita para as eleições municipais deste ano deverá ser alterada. O projeto modificando-a já foi aprovado no Senado e agora, dentro de uma semana, os líderes querem aprová-la na Câmara.

De acordo com a lei original, será assegurada uma hora por dia de propaganda eleitoral gratuita. Metade desse tempo seria dividida entre os partidos que têm candidatos e a outra metade de acordo com suas bancadas nas câmaras municipais. Agora, o projeto que deverá ser aprovado divide esta outra meia hora em função do tamanho das bancadas na Câmara dos Deputados. O projeto é do PDS que, segundo Chiarelli, tem perdido muito nas eleições de vereadores nos diversos municípios.